



STATE GRID
BRAZIL POWER PARTICIPAÇÕES S.A.
国网巴西电力股份公司

State Grid Brazil Power Participações S.A.

CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da State Grid Brazil Power Participações S.A., sociedade constituída com objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. A receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 0,36% em relação a 2021, e o lucro líquido do exercício consolidado reduziu em 3,36% quando comparado ao exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou 165.448 para reserva legal, 1.583.829 para reservas de lucro e 1.583.829 para reservas de lucro não realizado.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	159.507	407.180	3.907.491	2.610.344	Fornecedores	17	39	351	3.227.808	4.269.949
Títulos e valores mobiliários	6	136.741	58.685	992.985	644.544	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	3.355.308	2.239.431
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	5.071.130	5.425.177	Debêntures	19	-	-	1.323.011	1.788.125
Estoques		-	-	190.310	150.867	Entidade de previdência privada	20	-	-	699.336	604.254
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	779.830	12.067	5.114	134.613	Taxas regulamentares	21	-	-	78.228	551.966
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	5.876	5.314	531.515	102.502	Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	21.255	10.055	476.792	298.486
Outros tributos a compensar	8	5	2.372	751.358	378.052	Outros impostos, taxas e contribuições	22	2.332	1.716	442.618	888.581
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	9	-	-	1.685.643	1.288.824	Dividendo	22	-	-	408.168	100.475
Derivativos	32	-	-	201.698	357.350	Obrigações estimadas com pessoal	22	-	-	182.768	165.074
Ativo financeiro setorial	9	-	-	230.816	2.373.727	Derivativos	32	-	-	76.759	5.067
Ativo contratual	15	-	-	709.222	845.025	Passivo financeiro setorial	9	-	-	281.398	-
Outros ativos	12	72	84	1.206.895	1.718.433	Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	5.687	2.046
Total do circulante		1.082.031	485.703	15.484.178	16.029.459	Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	23.884	16.212
Não circulante						Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	945.091	58.606
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	205.659	259.173	Outras contas a pagar	8	1.218	7.859	2.356.333	1.938.297
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	30	2.803.220	2.518.207	-	-	Total do circulante	24.844	19.981	13.883.191	12.926.571	
Depósitos judiciais	23	-	-	716.921	858.981	Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	2.633.366	927.988	1.127.738	927.988	Fornecedores	17	-	-	424.945	408.029
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	121.381	117.332	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	10.405.052	12.205.793
Outros tributos a compensar	8	-	-	528.493	286.498	Debêntures	19	-	-	8.786.119	6.164.877
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8	-	-	6.794.863	7.936.570	Entidade de previdência privada	20	-	-	1.586.390	2.860.176
Ativo financeiro setorial	9	-	-	214.133	816.748	Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	255.017	232.603
Derivativos	32	-	-	305.862	990.491	Outros impostos, taxas e contribuições	22	-	-	1.012.970	6.092
Créditos fiscais diferidos	10.1	-	-	778.355	783.121	Derivativos	32	-	-	2.026.661	1.044.568
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	18.202.007	13.281.686	Passivo financeiro setorial	9	-	-	265.858	86.196
Outros ativos	12	-	-	287.039	199.500	Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	262.806	-
Investimentos	13	24.472.242	24.588.773	1.234.246	2.608.147	Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	138.613	152.812
Imobilizado	14	146	10	13.285.142	11.679.040	Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	184.802	141.118
Ativo contratual	15	-	-	7.108.910	5.840.981	Provisões para desmobilização e gastos ambientais(*)		-	-	6.917.491	9.145.520
Intangível	16	-	-	20.653.464	21.189.254	Outras contas a pagar	8	-	-	706.263	474.591
Total do não circulante		29.908.974	28.034.978	71.564.211	67.775.507	Total do não circulante	4.672	-	35.885.833	35.597.472	
Total do ativo		30.991.005	28.520.681	87.048.390	83.804.965	Patrimônio líquido	25	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Lucros acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados	Resultado abrangente	Lucros acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.347.107	(2.097.455)	278.475	1.541.017	1.541.017	(1.215.618)	-	29.394.543	5.384.295	34.778.838
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	(114.285)	-	3.412.573	3.298.288	3.298.288
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.412.573	3.412.573	3.412.573
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(29.629)	(29.629)	(29.629)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(84.656)	-	(84.656)	(84.656)	(84.656)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(23.660)	-	(23.660)	(23.660)	(23.660)
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	23.660	-	23.660	23.660	23.660
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(2.327.086)	-	(2.327.086)	(2.327.086)	(2.327.086)
Transações de capital com os acionistas	-	(1.984)	-	(1.540.500)	(1.540.500)	-	-	(1.109.146)	(4.192.130)	(4.192.130)
Combinação de negócios (nota 13.4)	-	-	-	-	-	-	-	1.370.307	1.370.307	1.370.307
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.984)	-	-	-	-	-	1.984	1.984	1.984
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	854	854	854
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(1.110.000)	(1.110.000)	(1.110.000)
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	(3.081.000)	(3.081.000)	(3.081.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.347.107	(2.099.439)	449.103	1.078.746	1.078.746	(1.353.563)	-	28.500.700	6.780.223	35.280.923
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	591.283	-	3.308.959	3.900.243	3.900.243
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.308.959	3.308.959	3.308.959
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(9.207)	(9.207)	(9.207)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	600.491	-	600.491	600.491	600.491
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(22.706)	-	(22.706)	(22.706)	(22.706)
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	22.706	-	22.706	22.706	22.706
Transações de capital com os acionistas	-	209.106	-	(825.000)	(825.000)	-	-	1.437	(1.439.457)	(1.439.457)
Combinação de negócios (nota 13.4)	-	-	-	-	-	-	-	1.024.443	1.024.443	1.024.443
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	209.106	-	-	-	-	-	(1.338.768)	(1.129.662)	(1.129.662)
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	1.437	1.437	1.437
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	(1.650.000)	(1.650.000)	(1.650.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.347.107	(1.890.334)	614.554	1.837.574	1.837.574	(784.986)	-	30.961.489	6.317.877	37.279.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). A sede administrativa do Grupo está localizada na Rua Gustavo Armbrust, 36, 10º andar, Vila Nova Campinas - Campinas - SP - Brasil. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Participação societária	Localização/Área	Nº de consumidores	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Indireta 83,71%	Interior de São Paulo	234	4.869	30 anos Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Indireta 83,71%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.905	30 anos Outubro de 2028
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE")	Indireta 83,71%	Interior do Rio Grande do Sul	381	3.072	30 anos Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Santa Cruz")	Indireta 83,71%	Paraná e Minas Gerais	45	497	30 anos Julho de 2045

geração de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas/ tipo de energia	Potência instalada (MW)	Participação CPFL
CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 83,71%	Indireta 83,71%	(b)	(b)	(b)
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 54,41%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360	234
Foz do Chapeco Energia S.A. ("Foz do Chapeco")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 42,69% (c)	Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 52,12%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880	460
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 20,94%	Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	690	173
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 44,65%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342	182
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 50,17% (a)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903	38

transmissão de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	Ceará
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	Santa Catarina
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	Rio Grande do Sul
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEETE-T ("CPFL Transmissão") (d)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 83,71%	Rio Grande do Sul
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 81,06%	Rio Grande do Sul

comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 83,71%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 83,71%
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada	Comercialização de energia e participação no capital social de outras companhias	Indireta 83,71%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Indireta 83,71%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Indireta 83,71%

prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elet	

→ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e, somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo. A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em [n]de março de 2023. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de base e registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a alterações, são: (i) o custo e o passivo um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são; • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD” não faturados)); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 32); • Nota 12 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13.4 - Combinação de negócios (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 14 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 15 - Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 18 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 19 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 20 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios diferidos); • Nota 22 - Impostos, taxas e contribuições a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro); • Nota 23 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto na determinação dos contratos que estão sujeitos a alterações e das estimativas de alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas BAESA, Chapeconse, EPASA, TPAE e ETAU que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária no investimento pela controlada Paulista Lajeado (Investco S.A.) e na CPFL Transmissão (Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul), as demais entidades são consolidadas de forma integral. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controlados na Companhia e suas controladas é representada pelas participações nas controladas CPFL Energia, CERAN, Paulista Lajeado, subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis, CPFL Transmissão e TESS. Em 31 de dezembro de 2022, além destas controladas, há também a participação de acionistas não controladores na ENERCAN.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são dos níveis imediatamente acima de caixa do Grupo. Caixa e equivalentes de caixa incluem: (i) caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2. Contratos de concessão: Distribuidoras:** O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços serão prestados e o controle que o controlador exerce sobre as atividades que são significativas na infraestrutura ao final do prazo das concessões. Atividades nas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada como ativo contratual, desde que a sua construção atê a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSS, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão das distribuidoras é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IFRS. A taxa de desconto utilizada para a mensuração do valor financeiro não controlado é a taxa de mercado para o instrumento de dívida com prazo e características semelhantes. Mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 26). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura das distribuidoras, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio do Grupo, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício no mesmo montante. **Transmissoras:** As transmissoras de energia elétrica não controladas são construtoras de infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão. A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permissita (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo. Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros oriundos pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, o Grupo atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. As margens de construção são calculadas com base no custo de construção de cada projeto, após alocação das respectivas margens. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que: i. Atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a. iii. O Grupo monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a e 16% a.a. **3.3. Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos no resultado líquido abrangente, com exceção dos ganhos e perdas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros
resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de
investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos
financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo
amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo custo de investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são
classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado nível de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou se a expectativa de caixa, de realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor

→ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022		31/12/2021		2022		2021		CPFL Transmissão
	Participação patrimonial líquido				Resultado de equivalência patrimonial				
Investimento									14/10/2021
Baesa	103.120	317.077	1.195.443	19.187	57.870	10.811	138.247	2.054.120	14.790
Enercan	-	-	-	-	-	-	-	-	9.721
Chapecoense	186.139	433.866	-	-	-	-	-	-	194.229
EPASA	254.550	281.544	-	-	-	-	-	-	223.652
CSC-Central de Serv.Compartilhados S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	72.431
Investimentos CPFL Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	379
Investco	-	-	-	-	-	-	-	-	1.799
Mais-valia de ativos líquidos	530.439	1.296.871	-	-	-	-	-	-	3.244
	1.234.246	2.608.147						(120.522)	(150.046)
								370.587	372.339

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial e em investimentos em instrumentos patrimoniais: **13.3. Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto: 13.3.1. Movimentação da participação de acionistas não controladores**

Saldo em 31/12/2021
 Resultado atribuído aos acionistas não controladores 683.083
 Ganho (perda) em participação sem alteração no controle (1.338.768)
 Combinação de negócios (nota 13.4) 1.024.443
 Dividendos (947.502)
 Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado (480)
 Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários 116.870
Saldo em 31/12/2022 **6.317.877**

13.3.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores: As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	31/12/2022					31/12/2021				
	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	Outras subsidiárias da CPFL Paulista
Ativo circulante	103.120	317.077	1.195.443	19.187	57.870	10.811	138.247	2.054.120	14.790	72.838
Caixa e equivalentes de caixa	71.365	78.697	268.915	5.182	22.036	1.155	94.537	747.165	647	4.854
Ativo não circulante	732.634	2.872.743	5.180.689	87.441	492.996	105.531	778.464	4.453.762	91.939	507.645
Passivo circulante	332.825	400.674	616.597	3.134	45.128	29.270	381.197	1.008.947	4.639	77.373
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	83.430	-	17.716	-	106.008	656.088	-	25.198
Outros passivos financeiros	30.567	-	73.270	1.294	565	4.074	28.807	69.894	740	3.991
Passivo não circulante	219.120	710.869	2.437.835	-	140.232	856	210.964	1.520.787	-	125.095
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	977.537	-	107.092	-	-	23.591	-	112.581
Outros passivos financeiros	143.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	283.809	2.078.277	3.321.701	103.494	365.507	86.216	324.550	3.978.599	102.089	378.015
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	184.476	1.083.157	3.305.080	62.096	298.810	22.043	210.957	2.630.755	61.253	309.564
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	99.333	995.120	16.621	41.398	66.697	64.173	113.593	1.347.844	40.836	68.451

	2022					2021				
	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	CPFL Transmissão e	Outras subsidiárias da CPFL Paulista	Outras subsidiárias da CPFL Paulista
Receita operacional líquida	255.020	180.957	1.413.484	70.504	110.218	36.751	355.676	289.919	58.266	112.910
Custo e despesa operacional	(95.716)	(43.071)	(549.034)	(5.566)	(29.736)	(63.109)	(67.180)	(171.584)	(189)	(33.963)
Depreciação e amortização	(41.557)	(23.843)	(70.121)	(5.458)	(25.888)	(1)	(37.940)	(15.136)	(5.254)	(17.174)
Receita de juros	5.891	3.584	38.857	738	5.272	830	4.731	9.904	197	2.949
Despesa de juros	(25.602)	294	(208.124)	-	(11.836)	-	(42.258)	(4.825)	-	(11.510)
Despesa de imposto sobre a renda	(28.799)	(42.454)	(256.693)	(2.487)	(5.179)	(2.778)	(70.956)	(57.796)	(1.928)	(5.736)
Lucro (prejuízo) líquido	58.412	75.135	484.669	57.652	41.279	(24.241)	141.503	41.141	51.106	53.008
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	37.968	39.159	436.189	34.591	40.299	(14.528)	91.977	28.711	30.664	51.226
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	20.444	35.976	48.479	23.061	980	(9.713)	49.526	12.429	20.442	1.782

13.3.3 Empreendimentos controlados em conjunto: As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Baesa	Chapecoense	Epasa	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	67.841	542.591	450.784	365.457	128.692	491.037
Caixa e equivalentes de caixa	21.333	381.283	299.182	168.970	52.609	209.790
Ativo não circulante	1.070.100	2.351.441	188.837	1.073.375	1.127.147	2.410.469
Passivo circulante	86.232	592.312	96.719	599.825	104.123	408.941
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	235.203	-	130.766	-	137.959
Outros passivos financeiros	73.479	142.306	6.681	34.855	78.236	111.100
Passivo não circulante	542.675	1.936.742	65.711	207.973	529.052	1.641.847
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	877.391	-	-	-	642.698
Outros passivos financeiros	448.501	1.050.961	-	40.044	435.853	964.135
Patrimônio líquido	509.033	364.978	477.191	631.034	622.664	850.718

Participação acionária e no capital votante
 Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada indireta CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento. Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES. **13.3.4 Operação controlada em conjunto:** A Companhia, por meio da sua controlada indireta CPFL Renováveis, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (326,57 MW médios), até 2028. **13.4 Combinação de negócios: 13.4.1 Aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica ("CPFL Transmissão") pela CPFL Cone Sul (Controlada da CPFL Brasil):** Em 16 de julho de 2021, a controlada indireta CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão nº 01/2021, referente à alienação do controle acionário da CPFL Transmissão, realizado pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("Leilão"). A controlada CPFL Energia, no âmbito da sessão pública do Leilão, por meio da CPFL Cone Sul, apresentou a oferta vencedora, no montante de R\$ 2.670.000, para aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CPFL Transmissão (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), detidas anteriormente pelo estado do Rio Grande do Sul. A parcela de não controladores foi mensurada pela participação proporcional no valor justo, conforme previsto pelo CPC 15 (R1)/IFRS 3. Em 24 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE, e em 30 de setembro de 2021 foi obtida a autorização da ANEEL. Em 14 de outubro de 2021 ("data de aquisição"), foi divulgado através de Fato Relevante ao mercado a conclusão da aquisição após todas as condições precedentes da transação serem atendidas, data em que o controle da CPFL Transmissão foi assumido pela CPFL Cone Sul e a titularidade das ações foi transferida e o pagamento foi efetuado. Essa aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3, uma vez que a CPFL Cone Sul passou a deter o controle da CPFL Transmissão. Em abril de 2022 ocorreu o leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão. Como resultado deste leilão, a CPFL Cone Sul pagou a contraprestação R\$ 1.119.412 para aquisição de 33,18% de participação, passando a CPFL Cone Sul a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%) da CPFL Transmissão. Em contrapartida a saída de caixa, R\$ 1.369.759 foram registrados no grupo de investimentos e R\$ 250.347 foram registrados como reserva de capital no patrimônio líquido. Em 18 de novembro de 2022, ocorreu novo Leilão de oferta pública unificada de aquisição voluntária de ações ordinárias e preferenciais. Como resultado do leilão a controlada CPFL Cone Sul pagou a contraprestação de R\$ 1.360 para aquisição de 0,06% de participação e passou a ser titular de 9.922.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total (anteriormente 99,26%). No dia 07 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o resgate da totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão que remanesceram em circulação após os leilões de oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada para conversão de registro como emissor de valores mobiliários, da Categoria "B". Como resultado, foram resgatadas compulsoriamente 26.787 ações ordinárias e 39.216 ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão, representativas de 0,68% do capital social, as quais permanecem em tesouraria. A aquisição está alinhada ao objetivo estratégico da controlada CPFL Energia e possibilitará maior geração de valor aos seus acionistas, por meio de (i) otimização de despesas operacionais; (ii) exploração de um ativo de baixo risco com alto potencial de ampliação de investimentos e consequente aumento de remuneração; (iii) diversificação do portfólio da CPFL Energia por meio de um segmento que permitirá sinergias com as demais operações do Grupo; e (iv) otimização das condições de financiamento, melhorando a alavancagem financeira. A CPFL Transmissão detém 96,85% (94,22% em 31 de dezembro de 2021) de participação na Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. ("TESB") e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral. Adicionalmente, a CPFL Transmissão detém 9,65% de investimento na TPAE (Transmissora Porto Alegre de Energia) e 10% da ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai). Sua sede administrativa está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador até 13 de outubro de 2021, o estado do Rio Grande do Sul. Os não controladores foram mensurados pela participação proporcional no *fair value* apurado. A CPFL Transmissão tem 6.037 km de linhas de transmissão, 72 subestações e detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: a. **Contrato de Concessão nº 055/2001:** Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem vigência até 31 de dezembro de 2042; b. **Contrato de Concessão nº 080/2002:** Com vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das respectivas instalações de transmissão, podendo ser renovado por igual período. O término desta concessão está previsto para 18 de dezembro de 2032; c. **Contrato de Concessão nº 4/2021-ANEEL:** Obras em andamento com prazo estabelecido para energização até 30 de setembro de 2024. O término desta concessão está previsto 31 de março de 2051. A TESB detém um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, contrato nº 001/2011-ANEEL e tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada assinatura do contrato. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041. **Informações adicionais à aquisição (CPFL Transmissão): a) Contraprestações** A contraprestação transferida foi de R\$ 2.670.000, paga em caixa, em parcela única, na data de aquisição. Esta contraprestação não sofreu nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida. **b) Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição:** A mensuração do valor justo e a alocação do preço pago dos ativos e passivos adquiridos bem como a contabilização inicial da aquisição da CPFL Transmissão foi apurada para as demonstrações financeiras de 14 de outubro de 2021 e no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, com base em análises conduzidas pela própria Administração, ou seja, a mensuração do valor justo foi efetuada em uma base provisória, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3. As técnicas de avaliação variam de acordo com o grupo de contos avaliado, sendo que podem ser: *income approach*, *cost approach*, dentre outras. Considerando a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que envolvem principalmente a definição de premissas sobre a taxa de desconto, taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida, os valores justos finais foram reavaliados e corroborados através do laudo de avaliação econômico-financeiro feito por avaliador independente, concluído em 31 de outubro de 2022. Como consequência, foram efetuadas reclassificações entre linhas do balanço patrimonial nos valores alocados provisoriamente em 14 de outubro de 2021, referentes a (i) aumento do valor contratual circulante e não circulante; (ii) conclusão da alocação do valor justo do ativo intangível de exploração de concessão em decorrência do refinamento das premissas utilizadas para determinação dos saldos; (iii) aumento dos investimentos; (iv) aumento dos saldos de ativo imobilizado em decorrência de alocação de mais-valia; (v) redução do saldo de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, como consequência do refinamento das premissas utilizadas; (vi) respectivos impactos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Essas reclassificações estão dentro do período de mensuração, conforme previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3. Os custos relacionados à aquisição, registrados como despesa do resultado de 2021, somaram R\$ 24.550. A alocação preliminar e a definitiva do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentado a seguir:

	14/10/2021		14/10/2021	
	CPFL Transmissão Provisório	CPFL Transmissão Final	CPFL Transmissão Provisório	CPFL Transmissão Final
Ativos circulantes	478.405	478.405	478.405	478.405
Caixa e equivalentes de Caixa	109.389	109.389	109.389	109.389
Concessionárias e Permissionárias	110.763	110.763	110.763	110.763
Investimentos em Títulos do Governo	787.504	788.010	787.504	788.010
Ativo de Concessão - Contratual	-	33.894	-	33.894
Intangível exploração concessão	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	108.205	108.205	108.205	108.205
Ativos não circulantes				
Ativo de Concessão - Contratual	3.315.027	3.332.086	3.315.027	3.332.086
Empréstimos cedidos	205.490	205.490	205.490	205.490
Ativo Disponível para vendas	217.552	217.552	217.552	217.552
Investimentos	12.960	42.827	12.960	42.827
Imobilizado	91.975	190.854	91.975	190.854
Intangível exploração concessão	849.070	686.354	849.070	686.354
Intangível	20.937	22.430	20.937	22.430
Outros ativos não circulantes	104.194	104.194	104.194	104.194
Passivos circulantes				
Fornecedores	34.244	34.244	34.244	34.244
Obrigações Trabalhistas	57.713	57.713	57.713	57.713
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	50.291	50.291	50.291	50.291
Provisão para Benefícios a Empregados	97.658	97.658	97.658	97.658
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	18.884	18.884	18.884	18.884
Outros passivos circulantes	118.975	118.975	118.975	118.975
Passivos não circulantes				
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	624.793	624.793	624.793	624.793
Provisão para Benefícios a Empregados	619.674	619.674	619.674	619.674
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	296.509	294.515	296.509	294.515
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	243.368	254.201	243.368	254.201
Outros passivos não circulantes	209.054	209.054	209.054	209.054
Ativos líquidos adquiridos	4.040.307	4.050.449	4.040.307	4.050.449
Ágio gerado na aquisição				
Contrapartida transferida	2.670.000	2.670.000	2.670.000	2.670.000
(+) Participação dos acionistas não controladores	1.370.307	1.380.450	1.370.307	1.380.450
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(4.040.307)	(4.050.450)	(4.040.307)	(4.050.450)
Ágio				

Os valores justos apresentados acima foram finalizados e estão de acordo com o laudo de avaliação econômico-financeiro, preparado pelo avaliador independente. **c) Contraprestação contingente:** Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora. **d) Ativos de indenização:** O acordo não prevê quaisquer situações em que a controlada CPFL Cone Sul possa ser indenizada. **e) Passivos contingentes reconhecidos:** Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos no montante de R\$ 105.353 na data de aquisição:

	14/10/2021		14/10/2021	
	CPFL Transmissão Provisório	CPFL Transmissão Final	CPFL Transmissão Provisório	CPFL Transmissão Final
Reservatórios, barragens e estruturas	197.314	1.859.481	1.136.642	8.203.784
Edificações, obras civis e benfeitorias	266.087	2.977.421	1.902.289	13.059.824
Máquinas e equipamentos	(68.773)	(1.117.940)	(765.646)	(4.856.038)
Veículos	-	-	-	(77.929)
Móveis e utensílios	-	-	-	26.247
Em	-	-	-	18.142)
Saldo em 31/12/2020	197.314	1.859.481	1.136.642	8.203.784
Custo histórico	266.087	2.977.421	1.902.289	13.059.824

→ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. ATIVO CONTRATUAL	Consolidado			Modalidade	Encargos financeiros anuais	Faixa de vencimento	Garantia
	Distribuição	Transmissão	Consolidado				
Saldo em 31/12/2020	1.438.634	429.103	1.867.737				
Circulante	—	24.833	24.833				
Não circulante	1.438.634	404.271	1.842.905				
Adições	3.065.717	396.990	3.462.707				
Transferência - intangível em serviço	(866.903)	—	(866.903)				
Transferência - ativo financeiro	(1.810.850)	—	(1.810.850)				
Remuneração e Atualização	—	(6.300)	(6.300)				
Amortização	—	(62.918)	(62.918)				
Combinação de negócios	—	4.102.531	4.102.531				
Saldo em 31/12/2021	1.826.598	4.859.407	6.686.005				
Circulante	—	845.025	845.025				
Não circulante	1.826.598	4.014.382	5.840.980				
Adições	4.848.405	712.658	5.561.063				
Transferência - intangível em serviço	(1.108.393)	—	(1.108.393)				
Transferência - ativo financeiro	(3.594.738)	—	(3.594.738)				
Remuneração e Atualização	—	958.256	958.256				
Amortização	—	(745.634)	(745.634)				
Combinação de negócios	—	1.391	1.391				
Outros	—	60.182	60.182				
Saldo em 31/12/2022	1.971.872	5.846.260	7.818.132				
Circulante	—	709.222	709.222				
Não circulante	1.971.872	5.137.038	7.108.910				

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção. **Ativo contratual das transmissoras:** refere-se ao direito à "Receita Anual Permitida - RAP" que será recebida ao longo da concessão, assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão. **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Em função do cenário desfavorável para algumas PCFs do grupo, foi registrada, nas demonstrações financeiras da Companhia, referentes às suas controladas indiretas Jayaditya, Chimay e Sul Centrais, um provável prejuízo de redução ao valor recuperável no valor total de R\$ 112.916. Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais" (nota 28). As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo intangível destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional. Adicionalmente, durante 2021 e 2022 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa ("UGC"). A Companhia avaliou e identificou que o valor em uso, para estas UGCs, é superior ao seu valor justo, portanto, para fins de teste de redução ao valor recuperável, a Companhia utilizou o valor em uso destas UGCs, em linha com o pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36. O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios destas controladas no ano de 2022.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Adquirido em combinação de negócios	Infraestrutura de distribuição	UBP/intangível em serviço de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	445.321	13.874.905	6.483.565	76.810	20.983.953
Custo histórico	445.358	19.340.292	15.364.108	91.003	25.200.761
Amortização acumulada	(37)	(5.465.387)	(8.880.543)	(14.193)	(14.536.884)
Adições	—	—	193.116	29.492	222.608
Amortização	—	(599.400)	(1.025.734)	(8.789)	(1.648.791)
Transferência - ativo contratual	—	—	866.903	—	866.903
Transferência - ativo financeiro	—	—	(8.307)	—	(8.307)
Baixa e transferência - outros ativos	—	(1.230)	(108.191)	—	(11.106)
Combinação de negócios	—	849.070	—	20.937	870.007
Saldo em 31/12/2021	445.321	14.123.345	6.208.235	261.137	21.189.254
Custo histórico	445.358	20.189.362	16.114.512	284.119	34.200.361
Amortização acumulada	(37)	(6.066.017)	(9.906.277)	(22.982)	(19.995.256)
Adições	—	—	—	21.067	21.067
Amortização	—	(619.538)	(1.135.724)	(11.308)	(1.766.570)
Transferência - ativo contratual	—	—	1.106.512	—	1.106.512
Transferência - ativo financeiro	—	—	13.957	—	13.957
Baixa e transferência - outros ativos	—	(8.641)	(99.334)	—	(107.975)
Combinação de negócios	244.063	(128.824)	—	12.253	227.492
Perda por redução ao valor não recuperável	—	(112.916)	—	—	(112.916)
Saldo em 31/12/2022	689.384	13.253.426	6.093.646	262.980	20.653.464
Custo histórico	689.421	19.947.623	17.135.646	302.747	38.031.117
Amortização acumulada	(37)	(6.694.196)	(11.042.001)	(40.665)	(20.811)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "depreciação e amortização" para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) "amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios. Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificados. No consolidado, no ano de 2022 foram capitalizados R\$ 53.547 (R\$ 33.709 em 2021) a uma taxa média de 7,13% a.a. (7,19% a.a. em 2021). **16.1. Intangível adquirido em combinações de negócios:** A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa de amortização anual
Intangível adquirido em combinações de negócio					
Intangível adquirido não incorporado	16.516.217	(3.846.619)	12.669.599	13.423.875	3,78%
Intangível adquirido já incorporado	1.859.457	(1.552.731)	306.725	368.748	3,34%
Intangível adquirido já incorporado - recomposto	1.571.949	(1.294.845)	277.104	330.723	3,41%
Total	19.947.623	(6.694.196)	13.253.426	14.123.345	

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado: - **Intangível adquirido não incorporado:** Refere-se basicamente ao intangível de aquisições sem a incorporação, envolvendo adquirentes e adquiridos. - **Intangível adquirido já incorporado:** Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporadas aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal. - **Intangível adquirido já incorporado - Recomposto:** Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendo aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida a reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio líquido e o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indelutável para fins fiscais, de modo a recompor. **16.2. Teste de redução ao valor recuperável:** A Companhia identificou indicativos internos relacionados a existência de uma maior quantidade de energia de curto e médio prazos exposta ao PLD - Preço de Liquidação das Diferenças para algumas UGCs do segmento de geração de energia, o que pode gerar uma mudança significativa na projeção de geração de caixa destes ativos. A Companhia estimou o valor recuperável destas UGCs, no montante de R\$99.219, e, para as suas controladas indiretas Jayaditya, Chimay e Sul Centrais, efetuou uma provisão de redução ao valor recuperável no valor total de R\$ 112.916. Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais" (nota 28). A Companhia avaliou e identificou que o valor em uso, para estas UGCs, é superior ao seu valor justo, portanto, para fins de teste de redução ao valor recuperável, foi utilizado o valor em uso destas UGCs, efetivados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração, em linha com o pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36. As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo intangível destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional. Adicionalmente, durante 2021 e 2022 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa ("UGC").

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	1.574	926.667
Suprimento de energia elétrica	1.661.939	2.064.676
Encargos de uso da rede elétrica	492.104	343.755
Materiais e serviços	885.512	759.421
Energia livre	186.678	175.432
Total	3.227.808	4.269.949
Não Circulante		
Suprimento de energia elétrica	413.822	378.388
Materiais e serviços	11.122	29.694
Total	424.945	408.082

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Prefixado	8.268	—	(6.451)	141	—	(150)	1.808
Pós-fixado	—	—	—	—	—	—	—
TJLP	452.301	—	(52.177)	35.691	—	(32.962)	402.853
IPCA	4.640.334	775.933	(257.200)	532.999	—	(243.679)	5.448.388
CDI	1.075.836	2.209.620	(2.182.400)	171.968	—	(109.845)	1.165.179
IGP-M	29.205	—	(17.767)	3.854	—	(2.042)	13.250
Gastos com captação	(47.032)	(6.747)	—	14.151	—	—	(39.628)
Subtotal	6.158.913	2.978.806	(2.515.994)	758.803	—	(388.678)	6.991.850
Mensuradas ao valor justo							
Pré-fixado	578.983	—	—	38.581	—	—	578.983
Marcação a mercado	(43.009)	—	—	6.720	—	—	(36.288)
Subtotal	535.975	—	—	45.301	—	—	542.695
Total moeda nacional	6.694.888	2.978.806	(2.515.994)	804.105	—	(427.259)	7.534.545
Ajuste a valor justo	(17.646)	—	—	10.340	—	—	(7.306)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao custo							
Dólar	649.363	—	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	—
Subtotal	649.363	—	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	—
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	4.869.460	870.574	(550.357)	108.639	(297.469)	(102.232)	4.898.615
Euro	2.421.705	—	(524.832)	9.510	(281.744)	(9.986)	1.614.653
Marcação a mercado	(172.545)	—	—	(107.601)	—	—	(280.146)
Subtotal	7.118.620	870.574	(1.075.189)	10.548	(579.213)	(112.218)	6.233.122
Total moeda estrangeira	7.767.983	870.574	(1.658.824)	16.310	(605.195)	(157.727)	6.233.122
Total	14.445.223	3.849.380	(4.174.818)	830.755	(605.195)	(584.985)	13.760.360
Circulante	2.239.431	—	—	—	—	—	3.355.308
Não Circulante	12.205.793	—	—	—	—	—	10.405.052

Modalidade	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional								
Mensuradas ao custo								
Prefixado	8.691	—	(3.566)	5.349	—	(5.353)	—	5.121
Pós-Fixado	—	—	—	—	—	—	—	—
TJLP	476.405	—	(52.948)	30.172	—	(30.168)	31.988	455.448
IPCA	2.791.276	1.724.988	(232.855)	505.100	—	(148.175)	—	4.640.334
CDI	129.843	960.000	(33.800)	22.875	—	(3.082)	—	1.075.836
IGP-M	38.922	—	(16.124)	9.568	—	(3.161)	—	29.205
Subtotal	3.445.137	2.684.988	(339.293)	573.064	—	(189.939)	31.988	6.205.945
Mensuradas ao valor justo								
Prefixado	—	572.000	—	25.100	—	(18.117)	—	578.983
Marcação a mercado	—	—	—	(43.009)	—	—	—	(43.009)
Subtotal	—	572.000	—	(17.908)	—	(18.117)	—	535.975
Total moeda nacional	3.445.137	3.256.988	(339.293)	555.155	—	(208.056)	31.988	6.741.919
Gastos com captação	(49.894)	(3.045)	—	5.907	—	—	—	(47.032)
Ajuste ao valor justo	(25.434)	—	—	7.789	—	—	—	(17.646)
Moeda estrangeira								
Mensuradas ao custo								
Dólar	—	—	(12.340)	21.050	—	(2.443)	643.096	649.363
Subtotal	—	—	(12.340)	21.050	—	(2.443)	643.096	649.363
Mensuradas ao valor justo								
Dólar	5.072.184	1.343.000	(1.882.057)	111.890	345.944	(121.500)	—	4.869.460
Euro	3.053.302	—	(595.759)	17.380	(35.458)	(17.760)	—	2.421.705
Marcação a mercado	(98.695)	—	—	(73.850)	—	—	—	(172.545)
Subtotal	8.026.792	1.343.000	(2.477.816)	55.420	310.486 </			

→ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	RGE Sul (RGE)		CPFL Transmissão		Total									
		31/12/2022	31/12/2021			Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano 1 (*)		Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD					
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado																			
	(i) De 107% a 109,75% do CDI (ii) CDI + 0,96% a 1,50% (a)	6.744.768	4.297.874	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia	7.138.641	2.047.884	175.300	452.237	670.330	-	-	-	-	-	-	-	-	10.484.392
CDI	De 104,68% a 111,6% do CDI (a)	164.592	847.368	2021 a 2023	Não existem garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IPCA	IPCA + de 4,30% a 6,02% (b)	912.796	1.457.645	2022 a 2031	Fiança da CPFL Energia	530.180	153.225	13.019	33.746	50.085	11.151	64	41.120	-	-	-	-	-	832.590
Gastos com captação		(25.555)	(50.188)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.031
		7.796.602	6.552.699																
Mensuradas ao valor justo - pós fixado																			
IPCA	IPCA + 6,02%	2.625.069	1.539.051	2024 a 2029	Fiança da CPFL Energia	(1.812)	(1.508)	(45)	25.026	14.221	2.044	199	13.670	-	-	-	-	-	51.795
	Marcação a mercado	(312.541)	(138.748)			66.832	(58.827)	(2.308)	(9.252)	(76.057)	39.640	(449)	15.834	-	-	-	-	-	(24.587)
	Total	10.109.130	7.953.002																

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35. Taxa efetiva: (a) De 104,68% a 111,60% do CDI | CDI + de 0,55% a 1,50%; (b) IPCA + 4,66% a 6,31%. Em consonância com o CPC 48/IFRS 9, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 312.541 (ganho de R\$ 138.748 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 200.458 (perda de R\$ 92.879 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 112.083 (ganho de R\$ 45.869 em 31 de dezembro de 2021). O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2024	821.385
2025	318.161
2026	3.140.770
2027	757.232
2028	2.868.882
2029 a 2033	1.192.229
Subtotal	9.098.659
Marcação a mercado	(312.541)
Total	8.786.119

Modalidade Empresa	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
		Liberação em 2022	Liberação líquido dos gastos de emissão			
Moeda nacional						
IPCA						
12ª Emissão - CPFL Geração	489.000	489.000	489.000	Semestral 3 Parcelas - Mai/29, Mai/30 e Mai/31	IPCA + 6,0265%	
13ª Emissão - RGE	493.000	493.000	492.920	Semestral 2 Parcelas - Mai/28 e Mai/29	IPCA + 5,9853%	
CDI						
11ª Emissão - CPFL Paulista	750.000	750.000	747.828	Semestral 2 Parcelas - Dez/27 e Dez/28	CDI + 1,59%	
13ª Emissão - CPFL Piratininga	250.000	250.000	249.170	Semestral 2 Parcelas - Dez/27 e Dez/28	CDI + 1,59%	
14ª Emissão - CPFL Piratininga	334.000	334.000	333.052	1 Parcela - Fev/23, demais semestral - Mai e Nov de cada ano até 2029	CDI + 1,47%	
1ª Emissão - CPFL Transmissão	960.000	960.000	957.801	1ª série em Mai/27, 2ª série em Mai/28 e Mai/29	CDI + 1,34% e CDI + 1,47%	
12ª Emissão - CPFL Paulista	2.072.000	2.072.000	2.065.250	Semestral Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	
14ª Emissão - RGE	1.090.000	1.090.000	707.453	Semestral Parcela única em junho de 2026	CDI + 1,20%	
		6.058.000	6.042.474			

Pré-pagamento: Durante o exercício de 2022 foram liquidadas antecipadamente R\$ 2.314.358 em debêntures, cujos vencimentos originais eram até maio de 2024 (R\$ 11.367 em 31 de dezembro de 2021). **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada CPFL Energia + Dívida Líquida** dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75. * EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

20.1 Características: CPFL Paulista: Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da VIVEST dois planos, com as seguintes características: 1) PPCPFL - Plano de benefício misto (fechado para adesões): (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado. 2) CD CPFL - Plano de contribuição definida (aberto para adesões): Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Piratininga: A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos. Em 2 de abril de 1998, a Secretária de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características: 1) Plano PSAP/Piratininga (fechado para adesões e saldaado): (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os beneficiários incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os beneficiários incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes. (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício complementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado. 2) CD CPFL - Plano de contribuição definida (aberto para adesões): Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

RGE: A controlada RGE mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano 1": Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos 36 salários, descontado o plano presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 2011. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) "Plano 2": Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da controlada é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrado pela Fundação. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela RGE a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. **CPFL Santa Cruz:** Como o evento do agrupamento de controladas ocorreu em 2017, o plano oficial da empresa passou a ser o CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. Aos empregados que possuíam o plano de benefícios administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, manteve-se o mesmo plano. **CPFL Renováveis:** Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores. **CPFL Transmissão:** A controlada indreft CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano CEEEPREV": O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldaados. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, apuradas pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELET/REEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, estátizada pela então CEEE-D e pela entidade CEEE-IG (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. No momento, aguardam julgamento no próprio TJRS embargos de declaração opostos por todas as partes contra o acórdão. Sobre o tema ainda tramita a Suspensão e Liminar e Sentença perante a Presidência e a Corte Especial do STJ n. 3.163, que possui decisão favorável para as Companhias. Em atendimento a tutela antecipada antecedente do Processo 50224494-89.2022.8.21.7000/RS, a controlada desde março de 2022 vem recolhendo sua contribuição de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devido pelos participantes. O valor envolvido na ação judicial corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março a dezembro de 2022 o valor de R\$ 41.369 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado dentro do déficit total do plano, não representando repercussão financeira adicional. Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (ii) "Plano Único": O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2020. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. (iii) "Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP": Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação. **20.2 Movimentações dos planos de benefício definido:**

	31/12/2022		CPFL Transmissão		Total
	Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano Único	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.263.349	1.537.214	150.383	439.609	8.390.555
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.780)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(7.979.487)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	1.282.569	126.100	31.184	(28.785)	90.209
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	28.785	28.785
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	-	-	-	(274.221)	(495.115)
Efeito da conversão para dívida financeira *	180.005	86.556	2.686	-	269.247
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.462.574	212.855	33.870	(90.209)	194.848
* Conforme descrito na nota 20.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.					

	31/12/2021		CPFL Transmissão		Total
	Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano Único	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.159.489	2.021.407	173.628	472.498	9.727.022
Valor justo dos ativos do plano	(5.180.254)	(1.561.436)	(125.975)	(451.413)	(7.318.078)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	1.979.235	459.971	47.653	21.084	198.459
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	28.785	28.785
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	-	-	-	(257.756)	(412.896)
Efeito da conversão para dívida financeira *	180.005	86.556	2.686	-	269.247
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.462.574	212.855	33.870	(90.209)	194.848
* Conforme descrito na nota 20.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.					

	31/12/2021		CPFL Transmissão		Total
	Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano Único	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.263.349	1.537.214	150.383	439.609	8.390.555
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.780)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(7.979.487)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	1.282.569	126.100	31.184	(28.785)	90.209
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	28.785	28.785
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	-	-	-	(274.221)	(495.115)
Efeito da conversão para dívida financeira *	180.005	86.556	2.686	-	269.247
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.462.574	212.855	33.870	(90.209)	194.848
* Conforme descrito na nota 20.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.					

	31/12/2021		CPFL Transmissão		Total
	Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano Único	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.263.349	1.537.214	150.383	439.609	8.390.555
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.780)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(7.979.487)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	1.282.569	126.100	31.184	(28.785)	90.209
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	28.785	28.785
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	-	-	-	(274.221)	(495.115)
Efeito da conversão para dívida financeira *	180.005	86.556	2.686	-	269.247
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.462.574	212.855	33.870	(90.209)	194.848
* Conforme descrito na nota 20.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.					

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a. (*)	6,40% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability (-50)	Mercer Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2013 a 2021	ExpR 2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Índice estimado de aumento nominal dos salários para a CPFL Piratininga foi de 4,00% em 2022 e de 6,55% em 2021. (*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021. (**) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano RGE Sul é BR-EMSSb v.2021 por sexo. (***) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano RGE Sul é BR-EMSSb v.2021 por sexo. (****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano RGE Sul é AT-2000 por sexo. 20.6. Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela VIVEST e Fundação Família Previdência (Fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:</		

→ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reals, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativos administrados pela VIVEST										Ativos administrados pela Família Previdência													
	CPFL Paulista e CPFL Geração					CPFL Piratininga					RGE Sul (RGE)					CPFL Transmissão								
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021						
Renda fixa	75%	69%	79%	71%	75%	78%	74%	81%	67%	70%	65%	64%	37%	36%	37%	37%	66%	68%	64%	67%	58%	59%	56%	56%
Títulos públicos federais	37%	36%	36%	37%	37%	36%	36%	37%	36%	36%	36%	36%	0%	1%	0%	1%	3%	4%	3%	5%	4%	4%	5%	5%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	1%	0%	1%	3%	4%	3%	5%	4%	4%	5%	5%	1%	1%	1%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%	1%	1%	4%	4%	4%	6%	3%	3%	3%	1%	1%	1%	1%	4%	4%	4%	6%	3%	3%	3%	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	36%	28%	41%	29%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros investimentos de renda fixa	17%	26%	17%	25%	12%	12%	14%	14%	19%	21%	21%	23%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Renda variável	17%	26%	17%	25%	12%	12%	14%	14%	19%	21%	21%	23%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de investimento em ações	3%	1%	3%	1%	9%	7%	8%	0%	7%	6%	9%	8%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Investimentos estruturados	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de participação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fundos imobiliários	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Fundos de investimento multimercado	3%	1%	3%	1%	9%	7%	8%	–	7%	6%	9%	7%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cotados em mercado ativo	95%	96%	99%	97%	97%	98%	96%	96%	94%	97%	96%	95%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imóveis	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Operações com participantes	1%	1%	1%	2%	2%	2%	3%	4%	3%	2%	4%	4%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros ativos	3%	2%	0%	0%	0%	-1%	0%	-1%	2%	-1%	-1%	-1%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Depósitos judiciais e outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Não cotados em mercado ativo	5%	4%	2%	3%	3%	2%	4%	4%	6%	3%	4%	5%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2023														
	VIVEST					FAMÍLIA PREVIDÊNCIA					CEEEPREV				
	CPFL Paulista e CPFL Geração		CPFL Piratininga		RGE Sul (RGE)		Plano Único		CPFL Transmissão		CEEEPREV BD		CEEEPREV BD		
Renda Fixa	83,9%	78,4%	72,0%	71,9%	66%	67%	17%	17%	17%	17%	17%	17%	17%	17%	
Renda variável	13,1%	18,2%	10,2%	10,8%	16%	17%	–	–	–	–	–	–	–	–	
Imóveis	1,4%	0,6%	1,0%	1,2%	1%	1%	–	–	–	–	–	–	–	–	
Empréstimos e financiamentos	1,4%	2,1%	1,8%	2,6%	3%	4%	–	–	–	–	–	–	–	–	
Investimentos estruturados	0,2%	0,6%	15,0%	13,5%	14%	12%	–	–	–	–	–	–	–	–	
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	0%	0%	0%	0%	–	–	–	–	–	–	–	–	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	–	–	–	–	–	–	–	–	

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2022 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que eles devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidas na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados deles. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise de liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício via-à-vis os ativos consideráveis líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. **20.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/AS19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tabela de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	RGE Sul (RGE) CPFL Transmissão**															
	VIVEST					FAMÍLIA PREVIDÊNCIA					CEEEPREV					
	CPFL Paulista e CPFL Geração		CPFL Piratininga		RGE Sul (RGE)		Plano Único		CPFL Transmissão		CEEEPREV BD		CEEEPREV BD			
Aumento (redução)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	Plano Único	BD	Total	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	Plano Único	BD	Total
-0,25 p.p.	132.009	41.180	3.111	10.444	14.288	26.443	49.935	277.410	132.009	41.180	3.111	10.444	14.288	26.443	49.935	277.410
+0,25 p.p.	(139.848)	(40.553)	(3.523)	(10.017)	(13.691)	(25.514)	(48.001)	(281.147)	(139.848)	(40.553)	(3.523)	(10.017)	(13.691)	(25.514)	(48.001)	(281.147)
+1 ano	(170.303)	(36.014)	(3.971)	(7.400)	(10.770)	(35.089)	(43.290)	(306.837)	(170.303)	(36.014)	(3.971)	(7.400)	(10.770)	(35.089)	(43.290)	(306.837)
-1 ano	149.301	34.138	3.261	7.172	10.476	34.642	42.675	281.665	149.301	34.138	3.261	7.172	10.476	34.642	42.675	281.665

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a. ** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tabela de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tabelas de mortalidade. *** Sem incluir as estimativas para o plano CPT 20.8. **Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Na Vivest os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente. Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. As fundações utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

21. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos - CFURH	4.454	933
Reserva global de reversão - RGR	17.248	17.248
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	9.605	8.949
Conta de desenvolvimento energético - CDE	46.909	46.909
Bandeiras tarifárias e outros	11	477.927
Total	78.228	551.966

Bandeiras tarifárias e outros - O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) atuando em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de ativo e passivo financeiro setorial.

22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	351.203	212.385
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	125.589	86.101
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	476.792	298.486
Imposto de renda e contribuição social a recolher	50.063	669.830
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	43.349	23.569
Programa de integração social - PIS	202.977	113.344
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	26.925	7.606
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	119.304	74.231
Outros	442.618	888.581
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	442.618	888.581
Total Circulante	919.410	1.187.067
Não circulante	231.653	214.430
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	23.364	18.173
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	255.017	232.601
Imposto de renda e contribuição social a recolher	911	874
ICMS a pagar	4.921	5.218
IRPJ/CSLL parcelamento	1.007.138	–
Transação tributária do processo do plano de pensão	1.012.970	6.092
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	1.012.970	6.092
Total Não circulante	1.267.987	238.695

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: No não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O maior montante do caso refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discute a possibilidade da dedução da despesa da CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão. O Grupo possui alguns outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Selaf/SP de créditos acumulados de ICMS (arts. 73 e seguintes do RICMS). **Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada - CPFL Paulista:** Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a controlada CPFL Paulista e a Procuradoria da Fazenda Nacional ("PGFN"), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN N.826, de 22 de dezembro de 2022, referente às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da CPFL Paulista perante a Fundação CESP ("Vivest"). A Administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de dano em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base de 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela CPFL Paulista nos autos das Execuções Fiscais foram considerados para amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data-base 1 de novembro de 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193. Como parte do acordo, referido saldo deverá ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, com a possibilidade de utilização de títulos precatórios federais próprios ou de terceiros para tal liquidação. Como relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.814.280, serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação. Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a CPFL Paulista adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	523.430	190.486	451.127	150.788
Cíveis	614.478	33.127	646.693	45.319
Imposto de renda e contribuição social	–	179.130	–	438.106
Outras	1.634.718	312.159	1.466.804	224.636
	1.634.718	491.290	1.466.804	662.742
Outros	140.220	2.018	110.420	131
Total	2.912.846	716.921	2.675.045	858.981

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
	Trabalhistas	451.127	225.533	(144.014)	(68.182)
Cíveis	646.693	170.812	(108.520)	(159.152)	559.833
Fiscais	1.466.804	36.922	(31.512)	(6.714)	1.465.500
Outros	110.420	27.343	(18)	–	137.665
Total	2.675.045	460.612	(284.065)	(224.048)	2.912.846

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo. O resumo dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: **a. Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbais rescisórias e outras reivindicações). **b. Cíveis:** Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAME nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". **c. Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo IRPJ, CSLL, INSS, FGTS, SAT, ICMS, PIS e COFINS. **d. Outros:** Referem-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória. **Perdas possíveis:** O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

→ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Total			
	2022	2021	2022	2021	Vendas e administrativas	Outros	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	1.437.069	1.118.376	-	-	184.963	170.020	418.518	346.144	-	-	2.040.550	1.634.540
Entidade de previdência privada	337.904	248.754	-	-	-	-	-	-	-	-	337.904	248.754
Material	442.201	346.987	1.747	1.321	11.625	9.955	9.791	(2.936)	-	-	465.364	355.327
Serviços de terceiros	191.336	150.174	2.849	4.957	197.349	173.169	345.697	344.257	-	-	737.231	671.757
Custos com construção da infraestrutura	-	-	5.385.799	3.514.799	-	-	-	-	-	-	5.385.799	3.514.799
Outros	86.450	141.866	60	2.933	84.255	92.651	493.896	206.879	302.766	252.038	967.427	696.366
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	84.736	91.991	-	-	-	-	84.736	91.991
Arrendamentos e alugueis	64.892	70.705	-	-	-	-	2.535	20.149	-	-	67.427	90.854
Publicidade e propaganda	18	10	-	-	-	-	28.973	20.785	-	-	28.991	20.795
Legais, judiciais e indenizações	(1)	15.461	-	-	-	-	460.733	204.255	-	-	460.732	219.716
Doações, contribuições e subvenções	-	7.878	-	-	-	-	-	4.816	-	-	-	12.694
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.330	214.300
Amortização de prêmio pago - GSF	-	22.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.477
Perda por redução ao valor não recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	21.541	33.213	60	2.933	(481)	660	1.655	(38.310)	(31.480)	37.738	(8.705)	36.234
Total	2.494.960	2.006.157	5.390.455	3.523.210	478.192	445.796	1.267.902	894.344	302.766	252.038	9.934.275	7.121.545

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	639.253	283.121
Acréscimos e multas moratórias	340.072	334.457
Atualização de créditos fiscais	724.040	110.694
Atualização de depósitos judiciais	70.151	23.140
Atualizações monetárias e cambiais	222.393	260.151
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	50.040	16.196
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 7)	385.879	83.740
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(117.114)	(81.559)
Outros	(19.800)	328.405
Total	2.294.914	1.359.064
Despesas		
Encargos de dívidas	(1.634.041)	(834.917)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.331.410)	(775.938)
(-) Juros capitalizados	63.547	39.015
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 7)	(49.360)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 6)	(561.943)	(60.780)
Outros	(208.503)	(339.442)
Total	(4.731.710)	(1.972.062)
Resultado financeiro	(2.436.796)	(612.998)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,14% a.a. durante o exercício de 2022 e 2021 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 1.327.347 em 2022 (R\$ 307.359 em 2021) (nota 32).

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como acionista controlador a empresa chinesa International Grid Holding Limited, controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exercam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhantes às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração do Grupo. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente; **b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia. Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto às Vivest e Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 Entidade de Previdência Privada. O Grupo CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pelo CPC 05(R1) foi de R\$ 92.002 (R\$ 51.633 em 2021). Este valor é composto por R\$ 75.092 (R\$ 40.093 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 1.233 (R\$ 1.210 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 15.676 (R\$ 9.956 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. O saldo de mútuo na controladora, no montante de R\$ 2.803.220 (R\$ 2.518.207 em 31 de dezembro de 2021), refere-se substancialmente ao mútuo a receber da controlada CPFL Renováveis, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a. Na controladora, no saldo de Títulos e Valores Mobiliários de R\$ 2.633.366 inclui o montante de R\$ 1.500.000 referente à emissão de debêntures pelas controladas CPFL Paulista e RGE, adquiridas pela Companhia em dezembro de 2022. A taxa efetiva anual destas debêntures é de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos. As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China. **Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:**

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	51	-	-	-
Nari Brasil Holding Ltda.	-	-	-	-	51	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	57	31	360.946	350.924
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia Consolidado)	3.915	1.560	152.944	194.426	38.337	17.000	1.296.344	1.499.983
Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	20.363	7.724	-	-	82.620	40.669
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia Consolidado)	230	168	-	-	4.568	7.279	-	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio								
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia Consolidado)	1.500	133.623	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	19.038	3.407

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: **•** Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos; **•** Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; **•** Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; **•** Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; **•** Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; **•** Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração: **•** Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; **•** Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequilíbrio das exposições aos limites de risco aprovados. **•** Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e; **•** Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe: **•** Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; **•** Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; **•** Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; **•** Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; **•** Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por: **•** Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; **•** Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; **•** Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; **•** Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; **•** Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; **•** Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequilíbrio das exposições aos limites aprovados; **•** Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzir dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda da controlada ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco de sub-recontratação das distribuidoras:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de reparar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre de a possibilidade das comercializadoras incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas ao preço de mercado da energia. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar realidades menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo está exposto. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/Mensuração	Nível (*)	Consolidado	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	3.907.491	3.907.491
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	2.120.723	2.120.723
Derivativos	32	(a)	Nível 2	507.560	507.560
Investimento em instrumentos patrimoniais	-	(a)	Nível 3	69.041	69.041
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	18.202.907	18.202.907
Total				24.826.822	24.826.822
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	(b)	Nível 2 (**)	6.984.543	6.997.170
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	18	(a)	Nível 2	6.775.817	6.775.817
Debêntures - principal e encargos	19	(b)	Nível 2 (**)	7.796.602	7.719.984
Debêntures - principal e encargos (**)	19	(a)	Nível 2	2.312.528	2.312.528
Derivativos	32	(a)	Nível 2	342.618	342.618
Total				24.212.108	24.148.116

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo; (**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 281.394 em 2022 (ganho de R\$ 243.459 em 2021); (***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) IFRS 7. **Legenda:** **categoria/Mensuração:** (a) - Valor justo contra o resultado; (b) - Mensurados ao custo amortizado; A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujo valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: **•** Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) contas a receber - CDE, (iv) caubões, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, (vi) convênios de arrecadação, (vii) ativo financeiro setorial e (viii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; **•** Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCET/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários - CDE, (x) passivo financeiro setorial e (xi) mútuo entre coligadas, controladas e controladora. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título obtido corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis. Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A Companhia registra no consolidado, em "Investimentos em instrumentos patrimoniais" a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor justo em conformidade com o CPC 48/IFRS 9. **b) Instrumentos derivativos:** O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 18 e 19. Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de avançamento, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 18 e 19). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Ativo	Passivo	Ganho (perda) na marcação		Moeda/indexador	Moeda/indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional	
			Ativo	Passivo					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	359.956	(203.025)	156.931	378.607	(221.676)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,99% ou (0,78% a 3,66%)	106,4% do CDI ou CDI + 0,55% a 1,29%	fev/24 a set/26	4.401.172
Empréstimos bancários - Lei 4.131	53.071	(18.228)	34.842	80.0					

★ continuação

State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **g) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que o Grupo deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Consolidado							Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos		
Fornecedores	17	3.094.869	128.909	4.030	178.648	118	246.179	3.652.753	
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	92.035	2.326.042	2.677.294	8.126.621	4.321.244	1.281.108	18.824.344	
Derivativos	32	-	18.228	58.531	138.581	48.705	78.572	342.617	
Debêntures - principal e encargos	19	100.921	369.012	1.631.232	2.443.300	4.859.185	4.036.000	13.439.648	
Taxas regulamentares	21	74.164	4.064	-	-	-	-	78.228	
Uso do bem público		1.990	4.402	17.491	47.767	90.477	46.558	208.685	
Outros		39.308	518.219	43.993	3.423	2.140	86.672	693.755	
Consumidores e concessionárias		37.758	393.322	575	-	-	84.754	516.409	
EPE/FNDCT/PROCEL		1.407	7.201	42.135	-	-	-	50.743	
Convênio de arrecadação		-	117.410	-	-	-	-	117.410	
Fundo de reversão		143	286	1.283	3.423	2.140	1.918	9.193	
Total		3.403.287	3.368.876	4.432.571	10.938.339	9.321.868	5.775.088	37.240.030	

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Transações oriundas de combinações de negócios

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo contratual	17.565	4.102.531
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	(624.793)
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	1.474.408	-
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	109.104	849.070
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	(52.795)	(243.368)
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	(214.920)	(521.538)
	1.333.361	3.561.902
Caixa Adquirido na Combinação de Negócios	147.351	478.405

Outras transações

Juros capitalizados	53.547	39.015
Transferência entre imobilizado e outros ativos	-	(3.209)
Reversão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	22.437	70.507

34. FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Novas captações

A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foram adicionadas às dívidas as captações abaixo:

Modalidade	Mês da liberação	Valor liberado	Pagamento de juros	Amortização de principal	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso	Condições restritivas
Moeda nacional							
Debêntures							
CPFL Transmissão	jan/23	300.000	Semestral	Parcela Única em Dezembro 2026	CDI + 1,20%	Plano de investimento e reforço capital giro	(a)
Moeda estrangeira							
Empréstimo Lei - 4.131							
CPFL Brasil	fev/23	129.408	Parcela única em Junho 2023	Parcela única em Junho 2023	CDI + 0,58%	Capital de Giro	(a)
CPFL Paulista	fev/23	1.101.000	Semestral em Janeiro 2026	Parcela única em Janeiro 2026	CDI + 1,40%	Capital de Giro	(a)
CPFL Jaguarí	fev/23	80.000	Semestral	Fevereiro 2026	CDI + 1,33%	Capital de Giro	(a)

(a) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia: dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75% e EBITIDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. **34.2 Conversão de renda vitalícia para financeira:** Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para os planos previdenciários das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratinga, CPFL Renováveis e CPFL Brasil (vide nota 20.1). O percentual de conversão consolidado foi de 11% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração pelas controladas. **34.3 Decisão do STF sobre causas tributárias:** Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

DAOBIAO CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Vice-Presidente

Contadora

KATIA APARECIDA DE SOUZA ABATE
CRC SP-172089/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
State Grid Brazil Power Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da State Grid Brazil Power Participações S.A. e da State Grid Brazil Power Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido

sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 22 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

